



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Odilon de Araújo, nº 1296, - Bairro Piçarra, Teresina/PI, CEP 64.017-280
Telefone: , - <http://www.incra.gov.br>

EDITAL Nº 173/2023

Processo nº 54000.073697/2022-81

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, no Estado do Piauí, usando das atribuições que lhes são conferidas através da Portaria/MAPA/N.º 100, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 11/03/2022 e, conforme o Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 30/12/2022.

Considerando o cumprimento do devido processo legal e o transcurso do prazo para recolhimento dos valores devidos, para fins do art. 2º do Decreto nº9.194, de 2017, NOTIFICA os beneficiários(s) relacionado(s) no quadro abaixo da CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA do(s) DÉBITO(s) a seguir:

Beneficiário	CPF	Código do Beneficiário	PA	Município	Modalidade de crédito
AURICELIA DE SOUSA	***.504.143- **	PI093000000130	ESPIRITO SANTO	CARACOL- PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)
DILÇO DIAS DA SILVA	***.557.213- **	PI093000000137	ESPIRITO SANTO	CARACOL- PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)
ACÁCIO DA COSTA	***.294.193- **	PI093000000016	ESPIRITO SANTO	CARACOL- PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)
JOSILEIDE COSTA DE OLIVEIRA	***.651.873- **	PI093000000154	ESPIRITO SANTO	CARACOL- PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)
SAMARA DOS SANTOS LIMA	***.494.783- **	PI093000000157	ESPIRITO SANTO	CARACOL- PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)

O prazo para efetivar o recolhimento do valor devido é de 15 (quinze) dias contados a partir da data de publicação deste Edital.

O pagamento deverá efetuar-se por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a qual deverá ser obtida na Sala da Cidadania ou na Divisão Operacional da Superintendência Regional do Incra neste Estado, ou pelo Portal do Incra na internet.

Caso tenha sido efetuado o pagamento dos valores devidos, deverá ser apresentado junto ao Incra, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante para fins de baixa do débito.

Findo o prazo, o débito acima será encaminhado à Procuradoria-Geral Federal – PGF, para fins de inscrição na Dívida Ativa do Incra, e a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, entre as quais a inscrição do devedor nos serviços de proteção ao crédito, a execução judicial.

Após a inscrição do débito na Dívida Ativa do Incra, cabe à PGF efetuar a sua cobrança e renegociação.

O Incra promoverá a inclusão do(s) notificado(s) no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – Cadin, observado o prazo de 75 (setenta e cinco) dias contados da data da expedição deste Edital.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Silva Pires de Moura Nogueira, Superintendente**, em 27/02/2023, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15704916** e o código CRC **D4E994E0**.

Referência: Processo nº 54000.073697/2022-81

SEI nº 15704916